

BELTRÁN, Vicenç (coord.) - *Crónica del Famoso Cavallero Cid Ruy Díez Campeador. Crónica Particular del Cid*. México: Frente de Afirmación Hispanista, A. C., 2024, 754 p.

A *Crónica del famoso cavallero Ruy Díez Campeador* ocupa-se, como o título o indica, da vida e feitos de Rodrigo Díaz de Vivar, el Cid (século XI), certamente a mais famosa personagem da Idade Média ibérica. Foi impressa pela primeira vez em 1512, a instâncias do mosteiro de San Pedro de Cardena (cenóbio em que repousam os restos mortais do Campeador e por essa razão vinha estando há muito envolvido na preservação da sua memória) e da própria instituição monárquica, nomeadamente através do infante D. Fernando e do seu avô Fernando, o Católico, rei de Aragão e pai de Juana, rainha de Castela, aliás descendentes do Cid. O editor, isto é, o responsável pelo trabalho textual, foi Juan de Velorado, abade de Cardena, e o impressor foi o alemão Fadrique de Basileia. A obra vinha acompanhada de um apêndice com outros textos (por exemplo, uma antiga genealogia do Cid) e teve um sucesso assinalável, de que dão conta duas novas impressões no mesmo século XVI: Medina de Campo, 1552 e Burgos, 1593. Boa parte do que o Siglo de Oro soube, criou ou recriou acerca do Cid e da sua época teve nela a sua origem. Depois, veio uma aparente obscuridade, incluindo críticas várias ao seu conteúdo e certo esquecimento, interrompido, e com estrondo, pelo romantismo: V. A. Huber publicou-a novamente em 1844, em Marburg, com um impressionante aparato editorial (estudo, comentários, publicação de excertos de outros textos relacionados com a crónica). Sabe-se como esta foi uma época propícia a usos, imitações e recriações (também invenções) da Idade Média. Em boa medida por via desta edição oitocentista, o Cid tornou-se figura literária, cultural, popular, até, mais tarde, “pop”. Seguiu-se, em 1903, uma edição fac-símile da *princes*, levada a cabo pelo conhecido bibliófilo e mecenas A. H. Huntington e, entre os finais do século XX e inícios do XXI, três outras edições, por vezes já em formato digital. A edição aqui recenseada acaba de surgir. Tem coordenação de Vicenç Beltran, estudo prévio de Francisco Bautista e edição de Almudena Izquierdo Andreu, além de reproduzir várias outras peças em apêndice, assim se irmanando de algum modo com o espírito da *editio princeps*, naturalmente com base em outros métodos, propósitos e indagações. A chancela é da Frente de Afirmación Hispanista, A. C. (México), que tem levado a cabo um notável labor de publicação de textos e estudos sobre o passado hispânico (entre outras

temáticas), de que é exemplo o também recente livro de Vicenç Beltrán sobre Inês de Castro na história e na Literatura, estudo esse de leitura mais do que obrigatória para quem se interesse por este mito e não queira permanecer atolado em leituras e visões de há 30 anos ou mais.

Estamos perante um magnífico trabalho, uma edição absolutamente modelar de um texto antigo, com uma densidade, clareza, precisão e rigor como raramente se vê entre nós (diga-se, com mágoa). É muito mais do que “só” uma edição da *Crónica del Cid* (como a chamarei, simplificada). Basta ver o seguinte: o volume conta cerca de 755 páginas, das quais 420 têm a Crónica, 325 têm o estudo e outros materiais. O livro tem um aspeto elegantemente sóbrio, da capa (mole) ao grafismo. Sinal, diria, de um equilíbrio difícil, mas plenamente cumprido: quer os especialistas, quer os interessados encontram aqui matéria de interesse e reflexão. Quem não souber nada sobre estes assuntos fica a saber muito, mas mesmo os especialistas encontrarão novidades e, decerto, bastantes motivos para reflexão, acaso também para discordâncias.

O texto que Velorado publicou em 1512 (sabe-se há muito) não é mais do que uma secção da chamada *Crónica de Castilla*, uma das várias crónicas produzidas entre os finais do século XIII e a primeira metade do XIV na sequência da *Estoria de España* do rei Afonso X. Subsiste, inclusivamente, o manuscrito da *Crónica de Castilla* de que Velorado se socorreu, o qual é um traslado do século XV presentemente na Biblioteca Nacional de França com a cota *Espagnol 326* (Philobiblon BETA Manid 1264). Estas circunstâncias ajudam a explicar que o estudo introdutório que acompanha esta edição tenha uma larga abrangência e constitua, mais do que apenas um estudo sobre o texto publicado pela primeira vez em 1512, uma notável lição-síntese acerca da evolução de uma parte da historiografia (sobretudo), mas também da memória literária e histórica de Castela e Leão entre os séculos XIII e XVI. O autor deste estudo introdutório, Francisco Bautista, é o mais destacado representante da que poderá considerar-se “terceira geração” de estudiosos destas temáticas de algum modo devedores do labor pioneiro de D. Ramón Menéndez Pidal, depois da geração de Diego Catalán (neto de Menéndez Pidal, como é sabido) e Lindley Cintra e da geração dos discípulos ou sucessores de Catalán (Inés Fernández-Ordóñez e Mariano de la Campa, entre outros). Almudena Izquierdo Andreu, um pouco mais jovem, é talvez o sinal de que uma “quarta geração” estará já em cena ou em formação.

Antes do estudo introdutório propriamente dito, uma nota preliminar intitulada “El Cid en la galaxia Gutenberg” fornece, ao longo de dez páginas, um excelente resumo das principais teses que depois serão desenvolvidas. Destaco,

por um lado, o finca-pé no papel da instituição monárquica (em colaboração com outros agentes), quer na feitura da *Crónica de Castilla* (obra produzida nas “cercañas de la corte regia”, diz Bautista), quer no patrocínio da edição de 1512, assim como a chamada de atenção para as continuidades que marcam a passagem da Idade Média para o Renascimento, por constituírem ideias polémicas ou ainda não devidamente integradas no “estado dos conhecimentos” atual sobre estas matérias.

O estudo introdutório propriamente dito reparte-se por três capítulos. O primeiro é intitulado “De Alfonso X a la *Crónica Particular del Cid*” e é uma excelente síntese da evolução da historiografia castelhana desde meados do século XIII até ao XVI. Bautista começa pela revolução historiográfica instituída por Afonso X, mostrando como e em quê o seu projeto difere da antecedente historiografia leonesa e castelhana em língua latina (a qual foi, não obstante, uma das principais fontes dos redatores ao serviço do rei Sábio) e fornecendo, ao mesmo tempo, um notável resumo acerca das características da muito complexa tradição manuscrita conhecida da *Estoria de España*. Tal como sucede ao longo de todo este estudo introdutório, as referências bibliográficas são reduzidas ao mínimo indispensável, ou quase. Haverá sempre tal ou tal estudo relevante que tenha escapado a esse critério, mas compreende-se a opção, tendo em conta não apenas o objetivo de divulgação elevada que parece estar subjacente a esta edição, mas também a sua extensão, que por si só desaconselharia a inserção de muito numerosas referências bibliográficas. E embora Bautista adote sempre um modo de exposição elegantemente diplomático, não deixa de mencionar a existência de visões contraditórias entre a crítica (por exemplo, acerca da matéria épica em torno de Sancho II e do cerco de Zamora, na nota de rodapé 21). Uma ou outra afirmação mereceriam, ainda assim, um pouco mais de desenvolvimento. Falando da conhecida *Crónica Geral de Espanha de 1344*, por exemplo, afirma Bautista (p. 54) que “una primera traducción al castellano debió realizarse en la segunda mitad del siglo XIV (de la que se conserva un único testimonio, lamentablemente incompleto)”. Tendo presente que esse testemunho manuscrito é de finais do século XV, e que nada obrigaria a que a versão original de uma crónica fosse traduzida antes de uma sua refundição, tal afirmação necessitaria de algum complemento. Como era de esperar, a *Crónica de Castilla* (um excerto da qual é objeto central desta edição) merece especial atenção neste capítulo, sendo considerada “la obra post-alfonsí más importante en la configuración historiográfica del mito cidiano y en su difusión” (p. 51). Bautista, curiosamente, pouco parece inovar neste segmento, desenvolvendo

uma leitura global desta crónica em geral herdada de Catalán mesmo quando algum desconforto parece insinuar-se nas suas palavras. Veja-se, nomeadamente, a maneira como repete a ideia de Catalán acerca do papel inovador da *Crónica de Castilla* no uso de processos de ficcionalização, mas, ao mesmo tempo, matiza bastante essa suposta inovação falando em “radicalización o culminación de algunos rasgos literarios que apuntan ya en la Interpolacion cidiana”, isto é, numa secção das crónicas dedicada ao Cid que foi escrita pouco antes da *Crónica de Castilla* e contém já vários (senão todos) dos processos literários presentes nesta. Novidades, há-as, ainda assim, ainda que possam passar despercebidas. É o caso do que diz acerca da possibilidade de a Crónica de Castilla ter sido citada numa crónica castelhana (ou ramo de uma crónica, as distinções neste universo são complexas) pouco posterior, tradicionalmente designada *Crónica de Veinte Reyes* (p. 52). Não menos destaque merece, claro, a própria *Crónica del Cid*, portanto o excerto da *Crónica de Castilla* publicado por Velorado em 1512. São especialmente relevantes as considerações em torno da associação, subtilmente defendida por Velorado nos paratextos, entre San Pedro de Cardeña e a credibilidade dos relatos sobre o Cid, que levam Bautista, entre outros aspetos e na senda de Juan Manuel Cacho Blecua, a entender a publicação da *Crónica del Cid* também enquanto “respuesta comercial, editorial e ideológica” (p. 62) às chamadas histórias populares do Cid, impressas a partir de finais do século XV mas que não gozariam da mesma credibilidade que a obra publicada com a chancela de Cardeña, que se via e construía a si mesmo enquanto local privilegiado do legado da memória do Cid. Prosseguindo esta via, Bautista constata que a Crónica popular contou 17 impressões anteriores a 1600, contra as 3 da *Crónica del Cid*, mas avança argumentos pertinentes para contrariar que a partir destes dados “pueda calificarse estrictamente de un fracasso el segundo libro”. São páginas modélicas enquanto consideração de um produto textual simultaneamente enquanto artefacto verbal e artefacto histórico-cultural (“comercial, editorial e ideológico”).

Esta via é aprofundada no capítulo 2 do estudo introdutório, sugestivamente chamado “un díptico historiográfico: estratigrafia de la *Crónica Particular del Cid*”. Munido das informações constantes do capítulo anterior, o leitor seguirá aqui um fascinante percurso de estratigrafia, ou, metaforicamente, de escavação arqueológica, apreendendo os séculos de escritas e reescritas que subjazem ao texto impresso em 1512. São páginas densas, me mais difícil acompanhamento por parte de leitores não especializados, diria. Em contrapartida, o especialista verá aqui o atrativo de ter acesso a uma suculenta síntese do estado atual

dos conhecimentos nesta área, com resumos de ideias expostas em trabalhos recentes e nem sempre de fácil acesso, como sucede com alguns trabalhos do próprio Bautista ou de M. Hijano Villegas, outro dos mais destacados especialistas nesta área dos últimos 15 anos. Vamos assistindo, por um lado, à elucidação das complexas relações de escrita e reescrita entre crónicas (ou entre famílias de manuscritos da mesma crónica) e, por outro, Bautista procede a uma interessante análise interna, de tipo mais propriamente literário, da matéria cidiana da *Crónica de Castilla*, não ficando esquecidas, claro, as aliás ainda polémicas relações entre esta crónica e a versão do poema das *Mocedades de Rodrigo* atualmente conhecida, pois que “la comparación entre la crónica y su fuente viene dificultada por el carácter tardío del poema conservado”, diz Bautista (p. 85), numa afirmação talvez ambígua e polémica, na medida em que deixa margem para uma (excessiva?) identificação entre o testemunho conhecido das *Mocedades*, de inícios do século XV, e “o poema” aí copiado. Que o assunto é polémico, vê-se bem da ponderada e pertinente apreciação das diferentes posturas da crítica que Bautista vai desenvolvendo e comentando – e o mesmo fará com a relação (embora, neste caso, sobretudo indireta) entre esta Crónica e o *Cantar de Mio Cid*. Também sobre a edição de Velorado uma ampla análise é fornecida (pp. 137-146), focando, uma vez mais de forma modelar, quer o manuscrito por ele utilizado, quer o trabalho editorial por ele realizado (o qual é genericamente qualificado como “escasas intervenciones” que “se concentran en las secciones que tratan del linaje del Cid” (p. 143).

É, com efeito, sobretudo nos paratextos e nos apêndices que o projeto editorial do abade de Cardena se revela. E a Bautista cabe o mérito de, já desde há alguns anos, atentar no grande interesse desses materiais, em si e enquanto reveladores do projeto de Cardena, assim aprofundando uma via aberta, creio, por A. Montaner. É este o tema do capítulo 3 do estudo introdutório: “Cardena y el Cid: los apêndices impresos”. Estes apêndices são quatro e bastará a sua enumeração para mostrar a interrelação Cid-Cardena que o conjunto constrói, e Bautista detalhadamente analisa. São eles: 1) Uma genealogia do Cid (sobre a qual já em estudo anterior Bautista defendera origens remotas); 2) Origens do mosteiro de São Pedro de Cardena; 3) Lista de figuras ilustres enterradas em Cardena; 4) Três epitáfios do Cid. É mérito de Bautista, uma vez mais, saber adotar diferentes planos de análise, focando ora cada uma destas peças em si, ora o seu conjunto enquanto elemento importante para o projeto editorial de Velorado. E como isto, ressalta o destacado papel de uma instituição religiosa no processo de difusão e reelaboração de crónicas profanas no início da época

moderna, aspeto a merecer ainda ponderados aprofundamentos. Estas páginas do estudo de Bautista são, com efeito, um exemplo eloquente de que, em potência, nada é irrelevante nas edições antigas. Tudo está nos inqueritos que sobre elas levamos a cabo e na amplitude de visão em que as insiramos.

Por último (aparte os anexos que acima referi), a edição propriamente dita, da responsabilidade de Almudena Izquierdo Andreu, feita com base na *editio princeps* conservada na Biblioteca Nacional de Espanha com a cota R/897, o qual está acessível em linha. Uma edição que, tanto quanto os meus conhecimentos mo permitem aferir, feita com todo o rigor e de total confiança. O tratamento linguístico é moderadamente interventivo, desde logo do ponto de vista ortográfico, facto que, em conjunto com outras opções editoriais (introdução de parágrafos e sinais de pontuação, por exemplo) a torna também atrativa ou, pelo menos, não assustadora para o tal “público interessado” mais alargado que, cremos e esperemos, tem tudo para a disfrutar.

Filipe Alves Moreira

Universidade Aberta e IF/Universidade do Porto